

O PROGRAMA ESCOLAS BILÍNGUES DE FRONTEIRA: CRUZANDO TERRITÓRIOS. RECONHECENDO CULTURAS?

**The bilingual schools programme: crossing border territories.
Recognizing cultures?**

**Programa de las escuelas bilingües: cruce de territorios fronterizos.
Reconocimiento de las culturas?**

Francione Oliveira Carvalho*

RESUMO: Este artigo é resultado da tese de doutorado que investigou os projetos interculturais em Foz do Iguaçu, cidade de tríplice fronteira no oeste do Paraná. Aqui discutimos o PEBF- Programa Escolas Bilíngues de Fronteira, especificamente na fronteira estudada, já que ele acontece em outras regiões fronteiriças do Brasil, procurando compreender seu funcionamento, seus benefícios e limites. Investiga como o PEBF ocorre nas duas escolas que estão envolvidas: Escola Municipal Adele Zanotto Scalco, localizada na cidade de Foz do Iguaçu e Escuela 164, em Puerto Iguazú, na Argentina. As aulas do PEBF - Programa Escolas Bilíngues de Fronteira em Foz do Iguaçu foram iniciadas no segundo semestre de 2006 e encerradas no término de 2009, sendo retomadas em 2011. No artigo priorizamos a análise sobre os dois primeiros anos do programa na fronteira, e o trabalho desenvolvido pelas professoras brasileiras na escola argentina.

Palavras-chave: Interculturalidade; tríplice fronteira; educação; Foz do Iguaçu.

ABSTRACT: This article is the result of a doctoral dissertation that investigated the intercultural projects in Foz do Iguaçu, a city of the triple border in western Paraná. Here we discuss the Border Bilingual Schools Program, specifically studied at the border, as it happens in other border regions of Brazil, seeking to understand its operation, its benefits and limitations. Investigates how the PEBF occurs in two schools that are involved: Municipal School Adele Scalco Zanotto, located in Foz do Iguaçu and 164 Escuela in Puerto Iguazu, Argentina. The lessons PEBF - Bilingual Schools Program Frontier in Foz do Iguaçu were initiated in the second half of 2006 and closed at the end of 2009, and resumed in 2011. Article prioritize the analysis of the first two years of the program at the border, and the work done by the Brazilian school teachers in Argentina.

Keywords: Interculturality, triple border, education, Foz do Iguaçu.

* Doutor e mestre em Educação pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Docente dos cursos de licenciatura do Centro Universitário Estácio Uniradial. Contato: francionecarvalho@ig.com.br

RESUMEN: El artículo es el resultado de una tesis doctoral que investigó los proyectos interculturales en Foz do Iguacu, una ciudad de la triple frontera en el oeste de Paraná. Aquí hablamos de la Escola Intercultural Bilíngüe de Fronteira, e ha estudiado específicamente en la frontera, como ocurre en otras regiones fronterizas de Brasil, tratando de comprender su funcionamiento, sus ventajas y limitaciones. Investiga cómo la p LME se produce en dos escuelas que están implicados: Escuela Municipal Adele Scalco Zanotto, ubicado en Foz do Iguacu y 164 Escuela en Puerto Iguazú, Argentina. La p LME lecciones - Frontier Programa Bilingüe de las Escuelas en Foz do Iguacu se iniciaron en el segundo semestre de 2006 y se cerró a finales de 2009, y se reanudó en 2011. Artículo priorizar el análisis de los dos primeros años del programa en la frontera, y el trabajo realizado por los maestros de las escuelas brasileñas en la Argentina.

Palabras clave: Interculturalidad; triple frontera; educación; Foz do Iguacu.

INTRODUÇÃO

Segundo documento oficial, o PEBF- *Programa Escolas Bilíngües de Fronteira* nasceu da necessidade de estreitar laços de interculturalidade entre cidades vizinhas de países que fazem fronteira com o Brasil. Ou seja, o diálogo e a trocas culturais surgem como se fossem uma necessidade dos habitantes dessas regiões. “Estreitar laços de interculturalidade entre cidades vizinhas” é reconhecer a existência de diferentes códigos culturais convivendo num mesmo território. É entender a cultura como prática dinâmica e móvel, onde o intercâmbio e o diálogo entre os grupos culturais trariam seu mútuo enriquecimento. Assim, o PEBF- *Programa Escolas Bilíngües de Fronteira* compreende a interculturalidade como prática social que reconhece a alteridade:

Por interculturalidade podemos entender pelo menos dois tipos de fazeres diferentes: Entederemos por ‘interculturalidade’, em primeiro lugar, um conjunto de práticas sociais ligadas a ‘estar com o outro’, entendê-lo, trabalhar com ele, produzir sentido conjuntamente. Como em toda prática social, interculturalidade se vive na medida em que se produzem contatos qualificados com o outro, como por exemplo, nos planejamento conjuntos dos professores dos dois países, nos projetos de aprendizagem em que interagem alunos argentinos e brasileiros, cada grupo com sua maneira culturalmente diferente de olhar para os mesmos objetos de pesquisa, na participação em eventos próprios de cada país, como por exemplo, na ocasião em que pais e alunos de uma escola argentina participam de uma festa junina brasileira. Esta dimensão da interculturalidade é a dimensão das vivências, fundamental no campo dos conhecimentos atitudinais {...} Entendemos interculturalidade também como conhecimentos sobre o outro, sobre o outro país,

sua formas históricas de constituição e de organização, conhecimentos estes que precisam estar presentes curricularmente nos projetos de aprendizagem planejados e executados nas escolas. São estes conhecimentos sobre o outro que possibilitarão, aos alunos, sentirem-se partícipes de histórias comuns, por exemplo, quando um estudante brasileiro consegue entender e apreciar o esforço sanmartiniano na guerra de independência da Argentina e a sua dimensão latino-americana. Nesta dimensão da interculturalidade incorporar-se-ão a história, a geografia, as dimensões literárias, artísticas, religiosas, etc. do outro país nos projetos de aprendizagem realizados conjuntamente de forma bilíngue. Esta é a dimensão informacional da interculturalidade (MECT e MEC, 2006, p. 15).

Incentivar “contatos qualificados com o outro” e trabalhar em parceria valorizando a “maneira culturalmente diferente de olhar para os mesmos objetos de pesquisa” são ações nobres, mas só reais e significativas quando mobilizam de forma autêntica todos os envolvidos. Lembramos que Taylor (2011) entende a autenticidade como a propriedade dos sujeitos de serem dotados de sentimento moral, de um sentimento intuitivo que lhes permite interpretar e decidir-se pelo bem ou pelo mal, ou seja, escolher suas ações e responsabilizar-se por elas. Agir de forma autêntica é atuar no espaço público ciente de suas escolhas e sendo fiel a si mesmo. Portanto, as trocas culturais e os contatos qualificados com o outro só serão ações significativas se partirem de uma necessidade real de diálogo e reconhecimento do outro.

Independente do PEBF- *Programa Escolas Bilíngues de Fronteira* refletir ou não os anseios dos sujeitos que serão afetados por ele, uma afirmação é certa, ele surge do interesse dos países fronteiriços, principalmente do Estado brasileiro em ampliar sua influência política e econômica na região. O *Programa Escolas Bilíngues de Fronteira* é resultado de acordos firmados pelos Ministérios da Argentina e do Brasil desde a criação do Mercosul e tem como marco o Tratado de Assunção, firmado em 26 de março de 1991 que em seu artigo 23 declara o português e o espanhol como idiomas oficiais do Mercado Comum do Sul.

O PEBF- PROGRAMA ESCOLAS BILÍNGUES DE FRONTEIRA EM FOZ DO IGUAÇU

Em Foz do Iguaçu, os trabalhos foram iniciados em abril de 2006 num encontro com todos os envolvidos na cidade de Puerto Iguazú. É importante mencionarmos que essa é uma pequena cidade com pouca ou nenhuma autonomia em termos de produção econômica e cultural dentro da Argentina, integrando a região menos desenvolvida daquele país, com poucos recursos federais e serviços públicos. Segundo dados oficiais a

cidade possui 31.515 habitantes, sendo a quarta cidade em termos demográficos da província de Misiones, um dos 21 estados da Argentina. Já a cidade de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, por ser uma região de tríplice fronteira e palco de diversos acordos bilaterais, recebe maior atenção da federação que a sua vizinha argentina. A posição que cada cidade tem dentro do seu estado e país influenciará a maneira como os envolvidos no *Programa Escolas Bilíngues de Fronteira* percebem os habitantes do outro país, um olhar permeado não somente pela cultura, mas por relações de poder e de identidade. Esse argumento, como vimos anteriormente, também esteve presente nos próprios relatórios oficiais que apontam o desprestígio da língua espanhola em relação a portuguesa na fronteira investigada.

As aulas tanto na Escola Adele Zanotto Scalco localizada no Jardim Boa Esperança, em Foz do Iguaçu, como na Escuela 164, na Villa Nueva, em Puerto Iguazú, escolhidas para o projeto por ambas ficarem próximas a região da Ponte Tancredo Neves, ligação entre os dois países, começaram em junho de 2006, logo após um período de planejamento conjunto e de orientações sobre o desenvolvimento do projeto de pesquisa comum.

A Escuela 164, em Puerto Iguazú, e a Escola Adele Zanotto Scalco, em Foz do Iguaçu são compostas, na sua maioria, por uma comunidade carente. A escola brasileira possui melhor estrutura física, como ar condicionado dentro das salas, biblioteca, videoteca, centro de esportes, sala de computação, enquanto que a argentina não oferece essa estrutura. Nos relatórios da Secretaria de Educação de Foz do Iguaçu é apontado que os alunos da *Escuela 164* têm menos contato com livros, mas possuem muita informação transmitida pelos meios de comunicação e bastante conhecimento do mundo que os cerca. Os documentos também destacam que os pais destes são mais presentes, pois mostram preocupação com o que os filhos fazem na escola, visitam o estabelecimento para explicar o motivo dos alunos terem faltado, e quando os filhos esquecem algum material em casa fazem questão de levá-los à escola.

Na escola iguaçuense há um menor interesse dos pais pela rotina escolar dos seus filhos. Mesmo com o acesso fácil a livros, materiais pedagógicos diversificados, aulas de informática e biblioteca, as crianças da Adele Zanotto não apresentam diferenças relevantes em comparação aos alunos da escola argentina quanto ao conhecimento pedagógico, talvez porque só recebem esse estímulo no ambiente escolar.

No relatório escrito pela Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu sobre o primeiro encontro realizado com as equipes das escolas do Brasil e da Argentina em 04 de abril de 2006 e relatados por esse pesquisador em sua tese de doutoramento (2011), foram detalhados alguns acordos e encaminhamentos sobre o início do *Programa Escolas Bilíngues de Fronteira*, tais como:

- O trabalho pedagógico de sensibilização lingüística seria realizado através da metodologia de Projetos Pedagógicos Interculturais;
- Ficou determinado que inicialmente o Projeto atenderia quatro turmas de cada escola, sendo duas do período da manhã e duas do período da tarde. No caso da Escola Municipal Adele Zanotto, as turmas escolhidas foram as primeiras séries do Ensino Fundamental de oito anos, já na Escuela 164 as turmas do primeiro ciclo;
- As aulas bilíngües seriam ministradas no período do contra-turno. Ou seja, as crianças teriam aulas com as professoras brasileiras ou argentinas no período contrário do ensino básico;
- Inicialmente, o cruzamento da fronteira pelos professores aconteceria somente às quartas-feiras, podendo ser ampliado posteriormente, em mais um dia;
- As aulas seriam ministradas com a duração de duas horas e trinta minutos, no período matutino (8h30 às 11h) e de duas horas e trinta minutos no vespertino (13h30 às 16h);
- O planejamento em comum seria feito quinzenalmente com as professoras envolvidas, alternando os turnos de encontro e as escolas;
- Antes de iniciar o projeto, as professoras argentinas assistiriam às aulas das professoras brasileiras e vice-versa para se adaptarem ao novo ambiente escolar;
- As professoras deveriam fazer seus registros em cada aula, observando o que deu certo ou errado para auxiliar no relatório oficial e na documentação do projeto.

No relatório é descrita uma das atividades propostas às equipes pedagógicas das escolas envolvidas como estratégia de socialização e reflexão sobre o projeto a ser desenvolvido. Achamos importante trazer um trecho desse documento por ele sinalizar entraves que percebemos não só no início do programa, mas ao longo de todo o seu percurso.

Foi realizada uma dinâmica agrupando os professores em cinco grupos para que estes refletissem sobre como poderiam trabalhar em conjunto, como pensar a língua neste lugar específico e como trabalhar os preconceitos lingüísticos. Ao final os grupos registraram e expuseram suas conclusões. Neste momento os argentinos voltaram a questionar a questão salarial, pois com o ingresso da escola no projeto a mesma passará a jornada integral (inicialmente com os professores que cruzarão a fronteira e gradativamente com os demais) com uma redução salarial de 25%, pois de acordo com que esclareceu Rocio, a assessora argentina, existe uma lei no país que

diferencia os salários dos professores com dois turnos dos professores de escolas com jornada integral. Também comentou que as escolas argentinas que participarão do projeto receberão um adicional bilíngüe. Os docentes comentavam que este adicional não cobre as perdas que terão e questionaram a Rocio qual o motivo de ter sido escolhida a Escola 164 para o projeto, se já há em Porto Iguazu, uma escola com jornada de tempo integral. As explicações dadas pela coordenadora do projeto acabaram não satisfazendo aos professores argentinos (RELATÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU, 04/04/2006).

A desconfiança em relação ao *Programa Escolas Bilíngües de Fronteira*, as questões relativas a salários, a obrigatoriedade e a imposição do Programa às escolas envolvidas são questões que estarão sempre presentes nas discussões dos professores envolvidos na Escuela 164, quanto na Adele Zanotto, principalmente no período inicial e de adaptação do projeto. Esses entraves já estavam presentes na definição dos professores brasileiros que participariam do PEBF. Desde o princípio houve na Escola Adele Zanotto Scalco a preocupação em buscar professoras com facilidade de adaptação, experiência profissional com a primeira série, e segundo a direção “com coragem de enfrentar desafios”. Contudo, a direção da escola teve dificuldades em convencer as professoras a participar do Programa, sendo necessário muito diálogo para convencê-las a inserir-se no projeto.

A direção e o grupo docente acabaram definindo que as professoras que cruzariam a fronteira seriam as que tivessem completado algum curso de Pós-Graduação e que em 2006 estivessem inseridas no *Programa de Formação continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Pró-Letramento*¹, já que essas já estariam recebendo assessoria pedagógica e participando de formação específica para refletir sobre o bilingüismo, a interculturalidade e a segunda língua como instrumento de socialização e letramento.

É importante destacarmos também as primeiras impressões de ambas as equipes pedagógicas sobre as escolas que atuariam. O relatório que detalha o primeiro encontro das professoras argentinas com a escola brasileira e vice-versa aponta percepções diferentes sobre as instituições e as práticas pedagógicas encontradas em cada território. Enquanto as professoras argentinas se surpreendiam com a estrutura física e de recursos da escola brasileira, as professoras brasileiras se mostravam preocupadas em encontrar uma escola que não oferecia nenhum recurso pedagógico além do

¹ O Pró-Letramento é um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem de leitura/escrita e matemática nos anos iniciais do ensino fundamental. É realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos estados e municípios. Podem participar todos os professores que estão em exercício, nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas públicas.

giz e da lousa. Se para as professoras argentinas, as crianças da escola brasileira eram ruidosas, desorganizadas e agitadas, para as docentes brasileiras as crianças argentinas eram apáticas, tristes e “muito pobres”. Para as professoras argentinas, as aulas observadas na escola brasileira não priorizavam a concentração e a realização de tarefas, e para as professoras brasileiras, as aulas das docentes argentinas eram “tradicionais” e metódicas. Essas impressões revelam que além de lidarem com culturas e identidades diversas, as professoras também teriam que enfrentar culturas escolares diferentes. Ou seja, não era somente a identidade cultural que seria colocada em discussão durante o PEBF, mas a compreensão do próprio processo educativo e da identidade docente.

Ao reconhecer o outro como diferente e as práticas deste como ações alheias as suas próprias experiências, faz com que as professoras brasileiras reflitam sobre a sua individualidade. A própria capacidade de um indivíduo de se pensar como tal e definir as qualificações desta individualidade é amplamente determinada por suas interações e experiências sociais. A identidade do indivíduo vai se constituindo pelo contato com o outro e por meio de uma troca contínua que permite ao seu eu – o self – estruturar-se e definir-se pela comparação e pela diferença, num processo de reconhecimento.

A capacidade das professoras de se pensar como indivíduo é resultado das suas interações na sociedade. A percepção que elas possuem delas mesmas depende de estruturas cognitivas, afinidades comuns e outras qualificações inscritas num cenário que surge das interações com os membros de seu grupo de pertença e dos outros grupos sociais. Acreditamos que essas configurações nortearão as ações das professoras brasileiras ao longo do programa, e marcarão suas atuações no espaço público, como veremos na análise dos projetos pedagógicos que desenvolveram na escola argentina.

O I SEMINÁRIO “ESCOLAS BILÍNGUES DE FRONTEIRA” E OS PROJETOS DE APRENDIZAGEM COMO COOPERAÇÃO INTERFRONTEIRIÇA

Após o início efetivo do projeto, nos dias 31 de julho e 1 de agosto de 2006 ocorreu em Foz do Iguaçu o *I Seminário Escolas Bilíngues de Fronteira*. Evento que reuniu todos os profissionais das escolas participantes do projeto e as coordenadorias regionais dos dois países. Lembramos que em Foz do Iguaçu, o projeto é coordenado pela Secretaria Municipal de Educação da cidade, que até o término de 2009 foi auxiliada pelo *IPOLE – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística*. Situada em Florianópolis, esta instituição venceu a licitação realizada pelo Ministério da Educação do Brasil com o objetivo de

acompanhar e auxiliar teoricamente todos os professores e os municípios envolvidos no projeto.

A partir de 2011, o IPOL deixou de prestar esse auxílio, sendo substituído pelas universidades federais situadas próximas as cidades brasileiras envolvidas no PEBF. No caso de Foz do Iguaçu, a função coube a *UNILA- Universidade Federal da Integração Latino-Americana*, instituição inaugurada na cidade iguaçuense no ano de 2010. Entretanto, o acompanhamento pedagógico do lado argentino é realizado, desde o início do Programa, por um grupo de assessores ligados diretamente ao Ministério da Educação da Argentina.

No *I Seminário Escolas Bilíngues de Fronteira*, em 2006, foram apresentados trabalhos e experiências educacionais interculturais já realizados em outros municípios envolvidos no programa. No evento destacou-se a importância do trabalho em grupo intercultural e a relevância dos projetos pedagógicos a serem desenvolvidos em parceria pelas escolas. Segundo relatório da assessora Clara Dorneles do *IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística*, realizado ao término do ano de 2006, que detalhava as primeiras observações sobre o Projeto Bilíngüe em Foz do Iguaçu, o planejamento conjunto não estava garantindo o trabalho em parceria, uma vez que as decisões de encaminhamentos acordadas no planejamento nem sempre estavam sendo concretizadas. Este primeiro relatório também apontava que ocorriam mudanças nos projetos pedagógicos construídos em conjunto pelas escolas sem o prévio conhecimento da escola parceira, reclamação constante da equipe brasileira em relação à argentina.

O programa visa ao desenvolvimento de um modelo de ensino comum nas escolas de fronteira, garantindo, assim, que alunos e professores tenham a oportunidade de se educar e se comunicar nas duas línguas a partir do desenvolvimento de um programa intercultural. Portanto, o planejamento conjunto seria um momento fundamental para a construção desta parceria. Mas como podemos observar a negociação entre as professoras brasileiras e argentinas inicia-se tensa devido a acordos não cumpridos. Acreditamos que dois agravantes para essa situação seriam a questão do horário contra-turno, que desestimulava os alunos a permanecer ou a voltar à escola, conseqüentemente desestimulando as professoras, que ao encontrarem um quorum pequeno resolviam modificar drasticamente ou não cumprir as atividades anteriormente planejadas.

Outro entrave seria o calendário institucional das escolas, que devido a questões legais e de prazos não puderam ser negociados. Na fase inicial do programa as escolas participantes seguiam os calendários e as práticas curriculares dos seus respectivos sistemas de ensino, agregando os projetos interdisciplinares pensados pela equipes brasileira e argentina. A proposta

seria que em médio prazo se pudessem pensar tanto em um modelo comum compartilhado quando em um calendário único para as escolas que, assim, teriam mais facilidade de planejamento conjunto do que no momento.

Este modelo comum não é a justaposição de dois currículos nacionais nas escolas envolvidas, mas uma série de acordos e negociações que os sistemas escolares envolvidos (escolas, secretarias municipais e estaduais de educação, ministérios provinciais de educação, ministérios nacionais) realizam dentro de um quadro comum estabelecido num primeiro momento nas Reuniões Técnicas Bilaterais e mais recentemente pelos trabalhos da Comissão Curricular do Programa, que iniciou seus trabalhos em junho de 2006 (MECT e MEC, 2006, p. 19).

Neste sentido, é preciso destacar que os projetos pedagógicos pensados pelas professoras inseridas no programa têm o objetivo de transformar os alunos em cidadãos ativos para converter a fronteira em um espaço democrático de cooperação.

Um cidadão sensível à interculturalidade que, ao longo do seu percurso escolar, tenha experimentado diferentes situações de contato com a outra cultura, permitindo-lhe gerar critérios amplos e tolerantes perante a diversidade (MECT e MEC, 2006, p. 15).

Aqui percebemos que houve um nó no programa, pois além da dificuldade em cumprir os acordos pré-estabelecidos entre as equipes, os projetos pedagógicos, em nossa opinião, eram muito ingênuos e pouco desafiadores. Antes de analisarmos algumas dessas práticas, acreditamos ser importante explicitar a ideia de projeto pedagógico que sustenta o PEBF. Segundo o documento oficial, os Projetos de Aprendizagem são instrumentos para a criação de uma *cooperação interfronteiriça*.

Por *cooperação interfronteiriça* entende-se a possibilidade de superar a idéia da fronteira nacional como uma barreira - "onde o país termina" - mas ao contrário, de entendê-la como a visualização de acesso a oportunidades sociais, pessoais, educacionais, culturais e econômicas nascidas da presença e na interação com o outro, superando preconceitos, rixas e disputas oriundas do período histórico anterior, o da afirmação do Estado Nacional como instância única de atribuição de identidade, e que apresentava o outro como ameaça e como negação (MECT e MEC, 2006, p. 26).

A ideia da fronteira como espaço de integração e a *cooperação interfronteiriça* serão as tônicas dos dois primeiros projetos pedagógicos desenvolvidos pelas professoras brasileiras na Escuela 164, em Puerto Iguazú: *Conhecendo minha fronteira*; proposto para as crianças da 1ª série da Argentina e *As belezas naturais da fronteira*, direcionado para a 2ª série.

Para debruçarmo-nos com maior atenção sobre as propostas, trazemos os objetivos traçados pelas professoras:

Projeto I – Conhecendo minha fronteira/ 1ª série²

Problema: De que forma o trabalho em sala de aula poderá aproximar a realidade dos dois países separados por um rio, que é fonte de riqueza e desenvolvimento para ambos?

Objetivos gerais: Contribuir para aproximar a integração e, aproximação das duas culturas, enquanto conhecimento científico; Contribuir para o entendimento das origens e da transformação da sociedade, tendo como pressupostos básicos as relações de organização e produção dos bens materiais, intelectuais, como fruto do processo dinâmico das condições que marcam as relações entre os homens e estes com a natureza.

Conteúdos: O espaço vivido e percebido; a leitura do eu e do outro; o grupo familiar e os da escola; diferenças sociais e culturais; o ambiente em que vivemos, as Cataratas.

Metodologia: Oralidade, jogos lúdicos, contar e recontar histórias e visitas de reconhecimento (ARQUIVO da Escola Municipal Adele Zanotto Scalco, 2006).

Projeto II – As belezas naturais da fronteira/ 2ª série³

Problema: Como estimular os alunos a conhecer as belezas naturais da fronteira; Que conhecimentos são necessários ao educando para que ele reconheça as belezas naturais.

Objetivo Geral: Levar o educando a conhecer e identificar as belezas naturais da fronteira; propor meios criativos para o reconhecimento das belezas naturais de nosso município.

Conteúdos: Cataratas do Iguaçu, Parque Nacional do Iguaçu.

Metodologia: Ações lúdicas que promovam a conversação em língua portuguesa; atividades criativas a fim de integrar os alunos e levá-los a conhecer as belezas naturais da Fronteira; visita as Cataratas do Iguaçu (ARQUIVO da Escola Municipal Adele Zanotto Scalco, 2006).

Em ambos os projetos o foco do estudo foi a geografia da fronteira e como as crianças se relacionam com ela, principalmente em relação às Cataratas do Iguaçu. Em nenhum momento apareceu um dos objetivos centrais da *cooperação interfronteiriça* delineada no programa, que seria a

² Projeto elaborado pelas professoras Glória Zulma Ovando Araújo e Maria Nelma da Rosa.

³ Projeto elaborado pelas professoras Ivanir Bianchetto, Marli Trindade e Dolores de Souza.

de entender a fronteira nacional não como barreira, mas acesso a novas oportunidades sociais e de interação com o outro. Inclusive em nenhum momento dos projetos foi pensada uma aproximação com as crianças da escola do país vizinho, e isso até hoje não ocorreu devido justamente às barreiras das fronteiras nacionais. Questionadas sobre as razões do encontro entre as crianças dos dois países não terem acontecido, as professoras e direção da Escola Adele Zanotto, alegaram que esse encontro não foi concretizado devido aos entraves legais que as alfândegas dos países impõem, tal como a autorização judicial da entrada de menores. Relatam também, que mesmo estando inseridas num projeto educacional binacional essas barreiras não foram flexionadas, e nenhum esforço público foi feito no sentido de resolver essa questão.

A ingenuidade que apontamos nos projetos pedagógicos estende-se a avaliação que as próprias professoras fazem das suas ações, o que revela um posicionamento pouco reflexivo e crítico. Ao pensar na dimensão cultural e ideológica dos conteúdos e projetos escolares, Giroux (1997) propõe uma nova visão de currículo, onde ele é visto como o estudo da ideologia. Essa maneira de perceber o currículo levanta questões importantes, tais:

- Como tal conhecimento é transmitido em sala de aula?
- Que tipos de relacionamentos sociais em sala de aula servem para espelhar e reproduzir os valores e normas incorporadas nas relações sociais aceitas de outros lugares sociais dominantes?
- Quem tem acesso a formas legítimas de conhecimento?
- Aos interesses de quem este conhecimento está a serviço?
- Como métodos de avaliação predominantes servem para legitimar as formas de conhecimento existentes?

Acreditamos que essas questões deveriam estar presentes tanto nos projetos pedagógicos desenvolvidos como na prática das professoras, principalmente porque os temas culturais e que envolvem a demarcação de fronteiras estão permeados de construções históricas e ideológicas. Alheias a esses questionamentos, as professoras avaliam positivamente e de maneira ingênua as ações desenvolvidas em função do grande interesse demonstrado pelos alunos em conhecer as lendas, a fauna e a flora locais, e também da participação deles nas atividades propostas.

Perguntadas sobre a questão de pesquisa que embasava os projetos, sobre o quê os alunos haviam tentado descobrir através das atividades, as professoras reconheceram que não encaminharam o trabalho no sentido de buscar respostas ou ações críticas dos alunos em relação aos temas apresentados. Afirmam que os trabalhos foram voltados para o estabelecimento da relação do aluno com as belezas naturais e turísticas

“devido a muitos deles não conhecerem belezas que o mundo todo já conhece”.

É importante mencionarmos que nos relatórios de assessoria pedagógica do IPOL, aparecem diversos questionamentos sobre a forma como as professoras brasileiras estavam conduzindo os projetos. Desde a necessidade de participação dos alunos na definição dos assuntos a serem estudados quanto da fragilidade das ações pedagógicas das professoras.

O PEBF tem por objetivo permitir, organizar, fomentar a interação entre os agentes educacionais e as comunidades educativas envolvidas, de tal maneira a propiciar o conhecimento do outro e a superação dos entraves ao contato e ao aprendizado. Entretanto, a própria assessoria reconhece a dificuldade das equipes envolvidas em pensar conjuntamente e de maneira mais crítica sobre os trabalhos desenvolvidos. Como já apontamos anteriormente, é de extrema importância pensar em ações conjuntas que integrem as crianças de ambas as escolas envolvidas. Como pensar em um diálogo cultural sem o conhecimento do outro, aquele que está do outro lado da fronteira? Assim, constatamos que outra fronteira a ser flexionada é a da própria escola. Surpresos, descobrimos que as únicas crianças e famílias envolvidas nesta discussão intercultural são as das turmas que participam do projeto. Ao visitarmos a escola Adele Zanotto, em Foz do Iguaçu, percebemos que não há nenhum registro coletivo que sinalize a participação desta no PEBF. A equipe diretiva afirma que as outras turmas participam apenas em momentos específicos, tais como feiras culturais ou datas festivas como o aniversário de emancipação da cidade.

Conscientes dessa fragilidade, as professoras brasileiras afirmaram que ao longo do projeto pensaram em ações que pudessem integrar toda a comunidade escolar, como registros fotográficos dos trabalhos realizados na Escuela 164, na Argentina e a criação de um blog – *Escolas bilíngues de fronteira* (<http://escolasbilinguesdefronteira.blogspot.com>). Acreditamos que essas iniciativas, mesmo válidas, são insuficientes para o alcance real dos objetivos traçados pelo programa, ainda mais por não serem contínuas. A ferramenta do blog, recurso que poderia ter sido bastante explorado teve vida curta, funcionando de outubro de 2007 a julho de 2008. Ainda disponível na web traz registros fotográficos e comentários das professoras sobre os trabalhos realizados. Segundo as próprias professoras, o blog deixou de ser alimentado tanto devido a questões operacionais como perda da senha de acesso, falta de tempo para a atualização, quanto por acreditarem que ele não surtia efeito já que poucas pessoas acessavam ou postavam comentários. Questionadas se apresentaram o blog aos alunos da escola, as professoras comentaram que não houve tempo para isso devido à agenda escolar a ser cumprida.

A falta de um posicionamento mais reflexivo e de equipe se mostra um grande empecilho para o alcance da proposta intercultural. E nos traz novamente o questionamento: até que ponto a escola envolvida no *PEBF-Projeto Escolas Bilíngues de Fronteira* em Foz do Iguaçu realmente acredita ou deseja participar desta empreitada? A necessidade de um diálogo cultural com os habitantes dos países fronteiriços é uma necessidade autêntica dos moradores da cidade? Se a resposta for afirmativa, por que não percebemos uma mobilização que alcance esse objetivo?

Acreditar ou desejar participar do *PEBF- Programa Escolas Bilíngues de Fronteira* é uma questão que extrapola o circuito da comunidade escolar da Escola Municipal Adele Zanotto e abrange a própria Prefeitura da cidade de Foz do Iguaçu. Lembramos que o PEBF na cidade funcionou sem interrupção desde o segundo semestre de 2006 ao final de 2009, sendo paralisado em 2010 devido a uma decisão governamental local. A prefeitura decidiu suspender o convênio que vinha mantendo com o Ministério da Educação (MEC) desde 2005 quando iniciaram as discussões binacionais sobre o projeto.

Oficialmente, a Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu alegou a necessidade de rever certos combinados como também ser necessário um período de avaliação das ações já empreendidas. Porém, as professoras afirmaram que não houve nenhuma discussão entre a equipe envolvida no programa e a Secretaria de Educação sobre essa questão: “Não tivemos explicação. Simplesmente a diretora foi chamada para uma reunião com a secretária de Educação e informada que a prefeitura não daria mais continuidade ao projeto”, relata Ivanir Bianchetto, professora inserida no PEBF.

Em conversas informais na escola investigada, muitas pessoas apontaram que a paralisação do programa em Foz do Iguaçu ocorreu devido ao Prefeito Paulo Mac Donald Ghisi nunca ter acreditado no *Programa Escolas Bilíngues de Fronteira*. Para elas, o projeto foi “empurrado garganta a baixo” pelo Governo Federal, não havendo possibilidade de recusa pela Prefeitura. As docentes afirmam que ao longo do projeto nunca houve uma vista oficial do Prefeito ou uma menção do Programa em qualquer evento oficial. “O projeto acontece há tanto tempo e ninguém de fora dele sabe que existe”, afirmou a professora Ivanir Bianchetto.

A falta de incentivo do Prefeito Municipal acarretava em dificuldades operacionais para a manutenção do projeto, tais como o agendamento do transporte que levaria as professoras a cruzar a fronteira, o chamado *cruzes*, e o apoio para fazer com que as crianças da escola brasileira e argentina pudessem freqüentar o território vizinho. A equipe da escola Adele Zanotto acredita que a resistência do Prefeito Paulo Mac Donald Ghisi em reconhecer o PEBF como importante e necessário para

essa região de fronteira acabou dificultando o trabalho da própria Secretaria Municipal de Educação, que segundo as professoras, sempre se mostrou entusiasmada e apoiadora da iniciativa.

Se a atuação da Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu é vista de forma positiva pela equipe da Escola Adele Zanotto, o mesmo não ocorre com a assessoria do IPOL - *Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística*. Para a equipe, o IPOL tinha um discurso muito teórico e desvinculado da prática pedagógica, preocupando-se exageradamente com questões conceituais e filosóficas. Entretanto, não é esta a análise que fazemos da assessoria do IPOL durante os quatro anos que ficamos a frente da formação e do acompanhamento das professoras envolvidos no Programa Escolas Bilíngües de Fronteira.

Percebemos na leitura dos relatórios, em algumas trocas de e-mails impressos e anexados à documentação da Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu e na fala das profissionais da própria secretaria, que o IPOL esteve sempre presente durante todo o período da parceria, além de incentivar e propor ações efetivas para o êxito do projeto. Acreditamos que o descontentamento da equipe pedagógica com a assessoria do IPOL é devido aos questionamentos e as provocações conceituais que o órgão incitava nas profissionais envolvidas, exigindo que repensassem a dimensão técnica e política das suas práticas pedagógicas.

É interessante percebermos como uma mesma questão foi percebida e tratada de maneiras diferentes pela equipe pedagógica da Escola Adele Zanotto Scalco e pela assessoria do IPOL. Ações que traduzem a percepção e a condução de ambas às equipes na resolução dos problemas e conflitos surgidos ao longo do projeto. Em uma entrevista realizada em conjunto com duas professoras brasileiras atuantes no PEBF, ambas relataram que a assessoria do IPOL era resistente as idéias e as sugestões vindas da equipe docente. Para exemplificar essa situação, lembraram que durante uma das reuniões com o IPOL, sugeriram realizar na Escuela 164 um projeto de conscientização sobre a higiene pessoal e de limpeza do local de trabalho. Para elas, as crianças argentinas não eram muito asseadas, além de não apresentarem hábitos saudáveis de higiene, tais como limpar as unhas, e lavar as mãos antes das refeições. Entretanto, afirmam que foram repreendidas pela assessoria, que segundo elas, encarou a sugestão como uma ação de preconceito em relação às crianças argentinas. Na entrevista, ratificam que se tivessem algum tipo de preconceito nem teriam aceitado participar do programa, e que apenas sugeriram o tema devido a percepção de que “a escola argentina não era igual a brasileira”. Ainda exemplificando a questão, comentam que demoraram em aceitar qualquer tipo de alimento na escola argentina, porque além de não acharem atraente o que era oferecido, tinham dúvidas sobre a higiene e conservação destes alimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vemos, sem darem conta dos seus discursos, as professoras deixam claro que as diferenças encontradas na Escuela 164 foram desestruturantes porque não reproduziam a realidade que estavam habituadas. Ao comentar que se tivessem algum tipo de preconceito não teriam aceitado participar do PEBF revela que há sim uma resistência ao projeto. Acreditamos que para o êxito do Programa Escolas Bilíngues de Fronteira, é necessário que os profissionais envolvidos tenham consciência das suas ações e posicionamentos morais, sendo construtores de um pensamento crítico e reflexivo:

O que é o “pensamento crítico?” Autenticamente o pensamento crítico se movimenta numa direção emancipatória com um senso onipresente de autoconsciência. Mover-se numa direção emancipatória implica uma preocupação com o desenvolvimento de uma mente liberada, uma consciência crítica e uma sociedade livre. Os professores como pensadores críticos estão conscientes de que a construção de sua própria consciência e que as formas que as forças sociais e institucionais funcionam minam sua autonomia como profissionais. Auto-imagens, dogmas herdados e crenças absolutas são questionadas, os professores começam a ver-se em relação ao mundo ao seu redor, a perceber a escola como uma peça de um mosaico maior. Os professores começam a ver uma inseparável relação entre pensar e agir porque a fronteira entre o sentimento e a lógica começa a se apagar do mapa cognitivo (KINCHELOE, 1997, p. 36).

Ao analisarmos as atas de assessoria do IPOL, percebemos que o tema da higiene dos alunos argentinos, preocupação constante das professoras brasileiras, é sinalizado através de uma postura mais reflexiva. A assessora Clara Dorneles registra a tentativa de fazer com que as professoras brasileiras percebessem os seus discursos a partir de um posicionamento mais amplo e crítico tal como aponta Kincheloe (1997). Ou seja, a percepção que as professoras tiveram da atuação do IPOL, que segundo elas agiu de forma impositiva e não democrática, é uma construção de discurso, que na nossa análise não encontra respaldo na ação do instituto.

Sobre a higiene dos alunos - orientei as professoras a não darem a este aspecto importância em demasia, de forma que desfocasse o objetivo real do trabalho, que era o desenvolvimento de projetos de aprendizagem conjuntos-bilíngues. As professoras demonstraram ainda algum interesse em abordar a questão da higiene mais explicitamente no projeto. Conteí-lhes que esse tipo de atitude tem se repetido nas

outras fronteiras e que essa preocupação das docentes brasileiras foi já abordada em algumas reuniões de assessoria. Disse-lhes que havia se acordado que o trabalho com a higiene na escola argentina deveria ser encaminhado da mesma forma que acontece com as crianças na escola brasileira, isto é, com orientações das professoras durante o cotidiano e o convívio com as crianças nos diferentes momentos e atividades, mas sem tornar-se foco principal do trabalho (IPOL, Ata do acompanhamento pedagógico na Escola Municipal Adele Zanotto Scalco, 2007).

Reiteramos o argumento de que o descontentamento das professoras brasileiras participantes do PEBF na cidade de Foz do Iguaçu em relação a assessoria do IPOL - *Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística* é devido aos questionamentos que o instituto faz sobre suas ações como docentes. Acreditamos que ao negar ou minimizar a atuação do IPOL, as professoras revelam uma resistência ao processo reflexivo, deixando de confrontar-se com a dimensão pedagógica e política que essa ação exige. Retomando Kincheloe (1997), os professores devem ter clareza tanto das suas ações quanto das razões que fazem agir de determinada maneira. “Quando aprendemos por que vemos o que vemos, nós estamos pensando sobre o pensar” (p. 192). Assim, ao analisarmos as forças que moldam nossa consciência a colocamos num contexto significativo que revela que todo olhar é seletivo e “filtrado pelas formas como o poder tem construído nossa subjetividade” (Kincheloe, 2007, p. 193).

Para finalizarmos o artigo, é importante registrarmos que durante o ano de 2008, o Programa Escolas Bilíngües de Fronteira deixou de ser realizado no contra-turno. Os *cruzes* começaram a ocorrer no horário regular, possibilitando que todos os alunos das turmas envolvidas pudessem participar das aulas bilíngües. Além disso, as turmas da 1ª série que iniciaram o projeto continuaram integradas ao programa até o ano de 2009 quando completaram o primeiro ciclo do ensino fundamental. Entretanto, como já apontamos anteriormente, o programa foi interrompido e apenas retomado no início do ano de 2011.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. BRASIL. Documento escrito em co-parceria com os Ministérios da Educação da Argentina e Brasil em março de 2008 sobre o Programa Escolas Bilíngües de Fronteira (PEBF) “*Modelo de ensino comum em escolas de zona de fronteira, a partir do desenvolvimento de um programa para a educação intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol*”: um esforço binacional argentino-brasileiro para construção de uma Identidade Regional Bilíngüe e Intercultural no marco de uma cultura de paz e de cooperação interfronteiriça. Disponível em:<

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Escolafronteiras/doc_final.pdf>, Acesso em: 26 jul. 2010.

ARGENTINA, BRASIL, PARAGUAI, URUGUAI. *Tratado de Assunção*-Tratado para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República do Uruguai. Assinado em 26 de março de 1991. Disponível em: www.antaq.gov.br/portal/pdf/Mercosultratadoassuncao.pdf>, Acesso em: 26 de jul. 2010.

CARVALHO, F. O. *Fronteiras Instáveis: inautenticidade intercultural na escola de Foz do Iguaçu*. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

GIROUX, H. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

IPOLE – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística. *Ata do acompanhamento pedagógico na Escola Municipal Adele Zanotto Scalco*, Foz do Iguaçu, 2007.

KINCHELOE, J. L. *A formação do professor como compromisso político: mapeando o pós-moderno*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU. *Relatório Técnico de acompanhamento do PEBF*, Foz do Iguaçu, 04/04/2006.

TAYLOR, C. *A ética da autenticidade*. São Paulo: É Realizações, 2011.